



Enero 2019 - ISSN: 1988-7833

UM ESTUDO SOBRE A EMERGÊNCIA DAS ABORDAGENS COM MÚLTIPLOS ASPECTOS NAS ANÁLISES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS

Monick Midlej do Espírito Santo¹
Jéssica Silvina Marques de Matos²
Sara Andrade Santos³
Andréa da Silva Gomes⁴
Aniram Lins Carvalho⁵

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), BA-Brasil

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Monick Midlej do Espírito Santo, Jéssica Silvina Marques de Matos, Sara Andrade Santos, Andréa da Silva Gomes y Aniram Lins Carvalho (2019): "Um estudo sobre a emergência das abordagens com múltiplos aspectos nas análises socioeconômicas e ambientais", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (enero 2019). En línea: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/01/emergencia-abordagens.html>

RESUMO

Nas últimas décadas a abordagem unidimensional perdeu espaço para as abordagens com múltiplos aspectos. Sua emergência pode ser explicada pela necessidade de melhor compreender o espaço socioeconômico e ambiental, que antes não era suprida através de uma análise simplista. Assim, este trabalho objetivou averiguar a emergência das abordagens e índices multidimensionais nas análises socioeconômicas e ambientais utilizados por diversas instituições para fins de pesquisa, mensuração e formulações de políticas públicas. Tratou-se de um estudo de cunho revisionista, que mostrou a relevante associação entre análises multivariadas e políticas públicas e que a emergência dessas abordagens perpassa dimensões como: pobreza, bem-estar, espaço urbano, segregação, agroecologia, sustentabilidade e valorização ambiental. Tais abordagens e as políticas públicas assumem uma performance multidisciplinar e esta associação gera efeitos positivos, principalmente quanto à qualidade da política implementada.

Palavras-chave: políticas públicas, multidimensionalidade, interdisciplinaridade, índices, indicadores.

ABSTRACT

In the last decades the one-dimensional approach lost space for multi-aspect approaches. Its emergence can be explained by the need to better understand the socioeconomic and environmental space, which was not previously supplied through a simplistic analysis. Thus, this

¹Mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP/UESC), bolsista CAPES e Economista pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: mmesanto@uesc.br;

²Mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP/UESC), bolsista FAPESB e Economista pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: silvinajessica@gmail.com;

³Mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP/UESC) e Economista pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: sara.uesb@gmail.com;

⁴Prof.^a plena do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (DCEC/UESC), do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PRODEMA/UESC) e do Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP/UESC). E-mail: andreauesc@gmail.com;

⁵Bolsista PNPd/CAPES e professora colaboradora do Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP/UESC). E-mail: anyranlyns@yahoo.com.br

study aimed to investigate the emergence of multidimensional approaches and indexes in the socioeconomic and environmental analyzes used by several institutions for the purposes of research, measurement and formulation of public policies. It was a revisionist study that showed the relevant association between multivariate analysis and public policies, and that the emergence of such approaches permeates dimensions such as: poverty, well-being, urban space, segregation, agroecology, sustainability and environmental valuation. Such approaches and public policies assume a multidisciplinary performance and this association generates positive effects, mainly regarding the quality of the policy implemented.

Keywords: Public policies. Multidimensionality. Interdisciplinarity. Indexes. Indicators.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a abordagem unidimensional perdeu espaço para as abordagens com múltiplos aspectos. Sua emergência pode ser explicada, entre outros fatores, pela necessidade de melhor compreender o espaço socioeconômico e ambiental, que antes não era suprida através de uma análise simplista, com apenas uma dimensão ou variável explicativa incorporada. Com mais subsídios em mãos, podem ser produzidos melhores estudos científicos que são base para novos trabalhos teóricos e práticos.

Está associada também à essa emergência o maior número de políticas públicas implementadas no Brasil em um período recente, principalmente pós período FHC (Fernando Henrique Cardoso), que demanda em seu processo um amplo conhecimento da realidade e dos problemas públicos a serem tratados. O papel do Estado via política pública, segundo Silva (2012), é ressaltado em países desiguais, como o Brasil, na tentativa de tornar equitativas as oportunidades e condições de vida. Assim, as políticas públicas se destacam como instrumentos de amadurecimento do Estado brasileiro, pois através delas que ocorre a intervenção do governo.

Tratar do conceito de políticas públicas é sempre complexo devido à diversidade de definições e de interpretações sobre o objeto de estudo, o problema público. Silva (2012) afirma que apesar dessa diversidade todas acabam convergindo para os governos que implementam estas políticas com um propósito coletivo, a fim de trazer benefícios à sociedade (o autor possui ainda a peculiaridade de considerar que o fato de não agir também é uma política pública, pois essa escolha afetará a coletividade).

Para Secchi (2013, p.2) “a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” - definição que mostra o quão ambíguo e interpretativo pode ser um problema coletivamente relevante, gerando fortes discussões.

Silva (2012, p.15) admite também que “o desafio do amadurecimento do Estado democrático brasileiro depende de governos e de políticas públicas inovadoras que permitam a inclusão da população”, e, ainda mais importante, que “estas políticas públicas são cada vez mais descentralizadas, para se adaptarem à estrutura e às condições da realidade local”.

De forma complementar, Wu *et al.* (2014) afirmam que a formulação da política pública não tem como propósito estudar a causa do problema em questão, porém, é algo que não pode ser evitado, pois, “saber quais opções têm chance de funcionar depende substancialmente do que realmente causou o problema em primeiro lugar” (p.65), o que reforça a relevância das atuais análises multidimensionais que melhor captam a realidade em estudo.

A associação entre políticas públicas e as análises multidimensionais é reforçada por Souza (2006) ao afirmar que tais políticas e a política social são campos multidisciplinares, com foco nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, no conceito de política pública está intrinsecamente sintetizado teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política, da economia e etc. Elas repercutem também no socioeconômico, pois precisa explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

Essa trajetória emergente das novas análises pode ser observada a partir de trabalhos científicos produzidos recentemente, com base na crítica à insuficiência da análise unidimensional, no que tange aos mais variados aspectos em estudo. Foi nesse sentido que este trabalho objetivou averiguar a emergência das abordagens multidimensionais nas análises socioeconômicas e ambientais, o que reforça o caráter interdisciplinar destas, com enfoque na multidimensionalidade dos indicadores para fins de políticas públicas. Buscou-se também a elaboração de uma seção-síntese com a emergência dos principais índices multidimensionais

nas análises socioeconômicas e ambientais, para fins comparativos, utilizados por diversas instituições para fins de mensuração do crescimento e desenvolvimento econômico ao longo do tempo, além de temas diversos, como o bem-estar subjetivo, o espaço urbano, pagamentos por serviços ambientais, vulnerabilidade social, violência e homicídio, entre outros.

Para sua realização, foram utilizados trabalhos de diversos autores encontrados em bibliotecas, anais de eventos e revistas eletrônicas que compuseram o referencial deste trabalho, bem como responderam o objetivo proposto. A escolha das variáveis em análise se deu de acordo com a emergência e relevância dos atuais temas que compõem as análises socioeconômicas e ambientais. Mesmo aqueles que não parecem ser tão atuais, como a pobreza, tem ganhado uma nova roupagem que precisa ser analisada, sem contar com sua relevância permanente. Os temas bem-estar, espaço urbano, segregação, agroecologia, sustentabilidade e valorização ambiental também foram analisados observando seus aspectos metamorfoseados em períodos recentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são postos em duas subseções distintas: a emergência das abordagens multidimensionais no âmbito socioeconômico e no ambiental. A junção do âmbito social com o econômico se deu devido à difícil dissociação destes. Como há uma linha tênue separando-os e pensando nas várias interações entre eles, considerou-se mais prudente uni-los.

3.1. A emergência das abordagens multidimensionais no domínio socioeconômico

3.1.1. Pobreza

O termo pobreza está intrinsicamente relacionado a diversos aspectos como os econômicos, políticos, sociais, ambientais. Dessa forma, Amartya Sen (2010), descreve as facetas que a pobreza apresenta com objetivo de melhor compreendê-la. Porque a pobreza existe? Como medi-la? Quem são os pobres? Porque eles existem? tais questionamentos levaram o autor a desenvolver uma análise através de uma dimensão ética sobre os debates dos problemas econômicos, relacionando a economia a uma visão social, inovadora, realista e sobretudo humana. Para ele não se pode estabelecer uma linha de pobreza e aplicá-la rigidamente a todos da mesma forma, sem considerar as características sociais e pessoais.

Segundo Sen (2010), a pobreza é um mundo complexo e a descoberta de suas dimensões exige uma clara análise, uma vez que todos os seres humanos são fundamentalmente diversos, e, de tal modo fatores geográficos, biológicos e sociais, multiplicam ou reduzem os impactos exercidos na renda dos indivíduos. Para o autor, o fato de ser pobre não significa viver abaixo da linha imaginária da pobreza, ser pobre é dispor de um nível insuficiente de rendimentos para suprir simples necessidades básicas, considerando os requisitos sociais e a interrelação de muitos fatores que envolvem as circunstâncias sociais.

Rocha (2003) também trata da complexidade da pobreza ao afirmar, sinteticamente, que “ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive” (p.10). A mesma lembra ainda que no início dos anos de 1970 foi percebido que o crescimento econômico não gera necessariamente benefícios difusos na sociedade, ou desenvolvimento.

A ideia de desenvolvimento está relacionada a noção da real liberdade, a expansão dessa tal autonomia do ser “livre” é fim prioritário e, simultaneamente, o meio principal do desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento consiste na extinção dos diversos tipos de restrições, que, deixam os indivíduos a terem poucas escolhas ou oportunidades para disporem de sua ação racional. A liberdade do indivíduo é, portanto, uma ação condicionada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas. Dessa maneira, é imperativo atentar-se as integrações entre determinadas liberdades cruciais, tais como, oportunidades econômicas, liberdades políticas, serviços sociais, segurança protetora e etc., (SEN, 2010).

Diniz e Diniz (2009) tratam a questão sobre desenvolvimento humano envolvendo proporções e aspectos relevantes que estão relacionados ao bem-estar, às necessidades básicas, aos valores humanos universais como justiça, liberdade, dignidade e etc., pelas quais é possível discutir as dimensões humanas relevantes. Nesta perspectiva, somam-se as contribuições de Alkire (2002), que estabeleceu razões para a necessidade de atentar-se às dimensões. Estas razões consistem de maneira primordial em fundamentar o objetivo multidimensional do desenvolvimento humano, e assim da pobreza multidimensional como um

fator teórico e defendido empiricamente. Em seguida, que de maneira prática, estas razões precisam estar relacionadas por metodologias efetivas, onde no processo possa se estabelecer uma avaliação (*tradeoff*). A outra razão é poder auxiliar para identificar os impactos não intencionais, e por fim, pelo fato de que muitas teorias que não são tão clássicas, não conseguem se difundir (ALKIRE, 2002).

Os índices para se auferir a pobreza podem ser medidas monetárias e não monetárias. Lopes, Macedo e Machado (2003) inserem na abordagem monetária as linhas de indigência e a linha da pobreza. A linha de indigência consiste basicamente no valor monetário que o indivíduo necessita para a aquisição de uma cesta de alimentos mínimo a sua sobrevivência. Já a linha de pobreza é o valor desta linha de indigência mais o montante monetário que possa suprir as demais despesas básicas como vestuário, moradia, transporte. Entretanto, a construção dessas linhas não retrata todas as dimensões da pobreza, pois, por exemplo, o nível de bem-estar dos indivíduos é determinado por um conjunto de fatores psicossociais e não somente pela renda (LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003).

Sobre a mensuração da pobreza, Rocha (2003) questiona a abordagem da linha de pobreza em função da renda devido às reconhecidas fragilidades inerentes a esta variável isolada, sendo necessário, então, utilizar os procedimentos empíricos adequados. Procedimentos estes que utilizam elementos que vão para além da renda disponível. A mesma autora se encarrega ainda de traçar um perfil dos pobres no Brasil, considerando “aspectos do seu bem-estar não diretamente vinculados à renda – como o acesso a serviços básicos -, o que permite inferir diferenciais quanto à condição de vida dos pobres de forma multifacetada” (p.143).

Ainda sobre esse aspecto, Diniz e Diniz (2009) demonstram que existem diversas conotações quando se trata em definir pobreza, que, proporciona a formação de medidas-sínteses que possam expressá-las. Os mesmos autores, complementam que, é neste sentido que surge a interpretação para o olhar da pobreza, como constituída por diferentes dimensões (DINIZ; DINIZ, 2009).

O papel desempenhado pelos meios de mensuração da pobreza multidimensional, são fundamentais não apenas para análises profundas da pobreza em si, mas também, eles são imprescindíveis em avaliações de impacto e para a focalização de programas sociais (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006). Esses autores, ainda afirmam a importância em destacar que existem passos para a construção dos indicadores que medem a pobreza, e eles surgem a partir de dilemas como: “Quais as dimensões mais relevantes? Quais devem ser as variáveis adotadas e seus pesos? Qual deve ser o método de agregação da pobreza? Como agregar a pobreza a todas as pessoas?” (p.8).

Haja vista tais ponderações, a análise de mensuração da pobreza para além da renda pode ser executada através de indicadores e índices que abordam a multidimensionalidade. Dessa forma, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2018), são encontrados, por exemplo: o Índice de Gini que mede o grau de concentração de renda em determinado grupo de análise; o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) auferido comparativamente a classificação pelo grau de desenvolvimento humano dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos por meio da renda, saúde e educação; o Índice de Pobreza Humana (IPH) busca avaliar as conjunturas da pobreza e privações de várias dimensões, como o acesso à saúde, nutrição e habitação, como situações de entrave ao desenvolvimento humano; o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) surge em 2010 e objetiva superar as limitações do IPH, visando computar o número de pessoas pobres multidimensionalmente e intensidade desta pobreza; o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) é similar ao IDH, entretanto apresenta mais a noção da realidade do desenvolvimento humano; o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) reflete às desigualdades com base no gênero pelas dimensões saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica.

É observado, então, que nas últimas décadas, a análise multidimensional tem ocupado mais espaço na condução da dinâmica de índices e indicadores para a abordagem da pobreza. Indicadores como: renda, desigualdade, saúde e educação, eram vistos como medidas isoladas para auferir respostas sobre as questões de pobreza. Esses padrões têm perdido espaço para a concepção de índices mais completos, que permitem maior precisão dos resultados, devido ao incremento de mais variáveis que possibilitam uma análise de múltiplas dimensões.

3.1.2. Bem-estar

Ao tratar do bem-estar a discussão é semelhante no que tange à multidimensionalidade. Smith (2001) afirma que o conceito de bem-estar foi modificado em muitas sociedades ocidentais a partir de meados do século XX, pois, até aí relacionava-se apenas com a disponibilidade de bens materiais como moradia e alimentação, porém, atualmente tem abrangido dimensões menos tangíveis, como a felicidade, autoestima, dignidade, oportunidade de alcançar objetivos pessoais, entre outros. Ou seja, parte de uma natureza unidimensional para a multidimensional, como defendem os psicólogos acerca do bem-estar.

A ampliação do estudo sobre o bem-estar associa-se, principalmente, às modificações dos padrões de vida das sociedades vividas no século XXI, como a inversão da proporção da população rural e urbana, agora com grande parte vive em áreas urbanas, o envelhecimento populacional, e as modificações das principais doenças e causas de morte (NAHAS; BARROS; FRANCALACCI, 2000). Segundo os mesmos autores, essa mudança do estilo de vida das pessoas traz consequências quanto à qualidade dos ambientes urbanos e dos anos a mais vividos, incluindo análises sobre a qualidade da água, moradia, ar, segurança, lazer, estresse, sedentarismo, entre outros.

O envelhecimento populacional crescente em grande parte do mundo também torna inevitável e imprescindível a discussão sobre bem-estar, principalmente na velhice, onde novas necessidades são demandadas. Isso posto, Smith (2001) reitera afirmando sobre a importância do estudo do bem-estar na velhice para que haja a garantia da dignidade nos últimos anos de vida do cidadão, e que este tenha, pelo menos, a mesma condição disponível para grupos etários mais jovens.

É nesse sentido que surgem novas abordagens a fim de captar a essência do bem-estar, como a abordagem do bem-estar subjetivo que visa a experiência subjetiva de vida do indivíduo. Siqueira e Padovan (2008, p.202) consideram que cada indivíduo “avalia sua própria vida aplicando concepções subjetivas e, nesse processo, apoia-se em suas próprias expectativas, valores, emoções e experiências prévias”. Segundo os mesmos autores, o enigma da felicidade, como parte integrante de uma vida saudável, ganhou atenção desde a Grécia antiga, onde filósofos como Aristóteles já tentavam decifrá-lo. Contudo, foram nas últimas décadas que pesquisadores buscaram evidências científicas sobre o tema bem-estar.

Giacomoni (2004) complementa, afirmando que definir bem-estar é difícil, uma vez que pode ser influenciado por variáveis tais como idade, gênero, nível socioeconômico e cultura. Assim, a área de estudo do bem-estar subjetivo possui suas bases em estudos empíricos, caracterizados por medidas de autorrelato. Mais especificamente, esse construto diz respeito a como e por que as pessoas vivem suas vidas positivamente. Também é considerada a avaliação subjetiva da qualidade de vida, pois, quando somente indicadores sociais objetivos como renda per capita e índices de violência são medidos, indicadores de aspectos da vida como relacionamentos interpessoais não são captados. Nahas, Barros e Francalacci (2000, p.50) reforçam a predominância da abordagem do bem-estar subjetivo ao afirmar que “o bem-estar é sempre uma percepção, portanto fruto de uma avaliação subjetiva individual”.

A captação do bem-estar subjetivo abriu horizontes também para a criação de novas metodologias de mensuração, que ainda são incipientes no Brasil, e mostram como pesquisadores de várias áreas distintas avaliam o bem-estar subjetivo de maneira diferente (GIACOMONI, 2004). Autores como Albuquerque e Tróccoli (2004), por exemplo, se empenham no desenvolvimento de instrumentos para mensurá-lo, como a criação de uma Escala de Bem-Estar Subjetivo incorporando os componentes: satisfação com a vida, afeto positivo e o negativo.

O recente estudo de Parente et al. (2018), realizado em Portugal através de entrevistas, mostra resultados que associam uma maior idade à uma menor percepção do estado de saúde físico, bem como menores sentimentos de afetos positivos. Essa discussão traz à tona a colocação de Smith (2001) sobre a necessidade de se atentar ao bem-estar na velhice, juntamente ao atendimento das suas necessidades.

Giacomoni (2004) atenta ainda para a importância desses estudos voltados ao bem-estar quando o Estado procura entender como melhorar a qualidade de vida das pessoas, devendo ser usado de forma complementar às medidas mais objetivas, como índices econômicos.

3.1.3. Espaço urbano e segregação

Ainda como parte do domínio socioeconômico, a discussão multidimensional pode também ser encontrada a partir das recorrentes considerações acerca da análise do estudo do espaço, notadamente em seu âmbito econômico e social. Neste sentido para compreender tal performance, é imperativo ressaltar o processo das formações das cidades, que atravessa a evolução de grandes civilizações históricas. Assim, as aglomerações de indivíduos e grande parte das atividades humanas, atuam na busca pelo impacto no potencial de geração de várias formas de riquezas. E dessa forma, o sistema capitalista tem a cidade como característica da nova ordem social, ou o processo de urbanização por meio das aglomerações que, moldaram as grandes cidades industriais dos séculos XVIII e XIX.

A partir de meados do século XVIII, foram observadas profundas alterações na distribuição espacial da população. Segundo Reis (2006), o modelo econômico vigente evoluiu para um estágio mais eficiente de acumulação de capitais e, com isso, toda a sociedade se reestruturava aos moldes industriais. Desencadeou-se um processo de crescimento das aglomerações urbanas, concomitantemente ao esvaziamento demográfico das áreas rurais. O advento da indústria imprimiu novas configurações espaciais em várias regiões do globo, com a aparente consumação da separação entre áreas urbanas e rurais. Assim, em síntese, conforme descreve Polèse e Rubiera (2009):

As novas configurações das cidades foram se aprofundando a partir do avanço das novas tecnologias e esteve aos olhos de diversos teóricos que se debruçavam na compreensão dos arranjos sociais e econômicos advindos pelo avanço do sistema capitalista. Não obstante, os enfoques da compreensão desses novos processos sob a ótica da localização espacial vieram primeiramente pelas contribuições de Von Thünen (1783-1859), mais tarde, se somando a ele as contribuições de Alfred Weber (1868-1958), Walter Christaller (1893-1969), e Auguste Lösch (1906-1945), todos os autores que tiveram como enfoque das suas análises particulares a questão espacial. Autores que foram denominados como fundadores da “teoria clássica de economia regional”, pela qual tais teorias serviram de suporte para os questionamentos abarcados na economia regional e urbana, como por exemplo: por que as cidades existem? Como explicar o comportamento espacial dos agentes econômicos? Quais os fundamentos econômicos da urbanização? (POLÊSE; RUBIERA, 2009).

A evolução nas formas de mudanças das características de cidades pós-modernas apresenta que, sob a maneira de tecidos urbanos, dispersos e fragmentados, o espaço atua como um produto social e meio de controle que tem por finalidade materializar a organização social (MENDES, 2011).

Segundo Cerqueira (2014), as grandes transformações que ocorreram nas sociedades urbanas contemporâneas são resultadas da evolução de determinados locais, que se modificam em novos moldes de organização espacial e de aplicabilidade da estrutura urbana. Assim, emerge a concepção do conceito de gentrificação, que demonstra, simultaneamente, as dinâmicas de segregação urbana, e os desafios de articulação entre transformações urbanas, sociais e estruturação do território (CERQUEIRA, 2014).

O termo *gentrification* deriva de *gentry* que, advém do francês arcaico *genterise*, que significa “de origem gentil, nobre”. Este fenômeno afeta uma região pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como, novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. Tal valorização é acompanhada pelo aumento de custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local, cuja realidade foi alterada (SANTOS, 2014).

Furtado (2014), evidencia que o processo de gentrificação pode ser relacionado com a nova ordem urbana, onde em uma análise temporal anterior, o sistema vivenciado pelos trabalhadores há séculos, é similar ao processo que, atualmente, parece não um novo, mas, uma nova forma de um velho processo. Em que, a melhoria das cidades, acompanhada pelo crescimento da riqueza, é vista através da substituição de más construções por novas moradias e edifícios para bancos, ou grandes depósitos, bem como, o crescimento das ruas

para o tráfego comercial, erradicaram os pobres para lugares escondidos e densamente ocupados.

A gentrificação fundamenta-se como elemento de um permanente processo de estruturação ou reestruturação urbana. Pelo qual, consiste em parte do espaço urbano, sob o olhar das necessidades da economia em conjunto com as razões da estrutura dominante da sociedade. Dessa maneira, a expansão econômica se desenvolve através da diferenciação interna do espaço geográfico, onde a produção do espaço, ou desenvolvimento geográfico atual é um processo desigual. Assim, gentrificação, renovação urbana e os processos de reestruturação urbana são parte da diferenciação do espaço geográfico na escala urbana (SMITH, 1979).

Cerqueira (2014) demonstra que o termo de gentrificação, explorado inicialmente por sociólogos, pretendeu analisar o processo de substituição das classes populares pelas classes superiores. Posteriormente, este fenômeno apresentou em áreas centrais urbanas, que se reinventam, através de políticas de revalorização, como residência, consumo e lazer para as classes superiores.

Dentre os fatores que implicam no fenômeno da gentrificação, as estratégias comerciais exercem significativa parcela neste processo. Neste sentido, é importante destacar que a interlocução entre as atividades de comércio e as dinâmicas urbanas, resultam nas mudanças destas estruturas, que apresentam uma nova demanda local, articulada à apropriação do mercado pelas classes qualificadas, emergindo, assim, como um elemento para a formação da nomenclatura de “nova geografia do comércio”, reconfigurando as estruturas, conduzindo à conversão de geografia de comércio à geografia de consumo (CERQUEIRA, 2014).

A mensuração acerca de índices de segregação e espaço urbano, objetiva-se em avaliar a distribuição, dispersão ou concentração de determinados grupos em espaços, como um local ou região. De acordo com Ywata *et al.* (2011), os primeiros índices de segregação tiveram início na década de 1950 com os conceitos de Duncan e Duncan (1955) que trataram sobre a medida de segregação através da captação da dimensão *evenness*, ou seja, da uniformidade. Já na década de 1980, os índices foram mais fundamentados, em uma revolução nas suas interpretações.

Os trabalhos de James e Taeuber (1985) e Massey e Denton (1988), demonstram uma definição multidimensional de segregação, com índices *two group*, onde fatores geográficos, e diferentes níveis de renda influenciam no comportamento do espaço urbano e segregação. De tal modo, os índices de segregação podem ser classificados, em: indicadores entre um grupo (*onde group*), de dois grupos (*two group*) e de múltiplos grupos (*multi group*). Os indicadores são basicamente: Índice de Segregação (IS); Índice de Dissimilaridade (ID); Índice de Entropia (E); Índice de Gini (G); Índice Correlation Ratio (ETA); Índice de Medida de Aglomeração ou *Absolute Clustering Index* (ACL); Relativa Agregação (RCL); Delta Index (DEL); Absolute Concentration Index (ACO); Relativa Concentração (RCO); Absolute Centralization (ACE); Relativa Centralização (RCE).

Semelhante as demais análises, ao tratar sobre mensuração de indicadores e índices, a abordagem do espaço urbano e segregação também apresentou avanços para a análise multidimensional.

Os índices multidimensionais são sensíveis à presença de desigualdades urbanas e sociais. Kuwahara (2017), ao argumentar que a desigualdade é um fenômeno que tem efeitos sobre diversas dimensões da realidade, não sendo restrita a privações, defende que, por esta razão, as desigualdades do espaço urbano e social devem ser analisadas de forma multidimensional. Adotando a imperatividade de aspectos como mobilidade, concentração, aglomeração, centralização, inclusão, qualidade de vida, e etc., que compõem o ambiente plural de efetivação do espaço urbano.

Tal reflexão, pode também, ser sustentada pela crítica dos índices “aespaiais”, ou seja, as medidas da abordagem tradicional sobre o estudo de segregação. Que, segundo Ywata *et al.* (2011), a mensuração tradicional não utiliza o fator geográfico, utilizando o espaço como constante, esta análise é criticada quando aplicada ao contexto de segregação espacial por sua falha em detectar um padrão espacial.

3.1.4 Síntese da evolução das abordagens multidimensionais no domínio socioeconômico

A Tabela 1 abaixo mostra sinteticamente a evolução das abordagens socioeconômicas no que tange a pobreza, bem-estar, espaço urbano e segregação.

TABELA 1 – ABORDAGENS UNIDIMENSIONAIS E MULTIDIMENSIONAIS NO DOMÍNIO SOCIOECONÔMICO

Abordagem unidimensional	Abordagem multidimensional
Renda (PIB) Índice de Gini (1912)	Renda, Saúde e Educação (IDH-1990)
Desigualdade	Desenvolvimento ajustado à desigualdade, desigualdade de gênero (IDHAD e IDG – 2010)
Saúde	Saúde, Nutrição, Habitação (IPH- 1997)
Educação	Educação, Saúde e Padrão de vida (IPM – 2010)
Abordagem unidimensional	Abordagem multidimensional
Bem-estar como disponibilidade de bens materiais, ou renda per capita ou segundo índices de violência	Bem-estar subjetivo: medidas de autorrelato, livre de indicadores pré-estabelecidos. E emergência de aspectos menos tangíveis como sensação de segurança, dignidade pessoal, felicidade e autoestima.
Segregação como uniformidade (IS) -1955	<i>Evenness</i> (uniformidade), <i>exposure</i> (exposição), <i>clustering</i> (agregação), <i>centralization</i> (centralização) e <i>concentration</i> (concentração)
Espaço Urbano	Espaço geográfico, crescimento territorial distribuição de renda, interação, aglomeração (G; ETA; ACO; RCO – 1988)
População	População, renda, áreas de vizinhança, habitação, concentração (ID; ACO, ACE- 1988)
Cidade	Proporção da cidade central, centralização absoluta, homogeneidade, homogeneidade, centralização relativa (ACO, ACE, RCL – 1988)

Fonte: Elaboração própria. A partir de informações da PNUD (2018), Smith (2001), Siqueira e Padovan (2008), Giacomoni (2004) e Ywata et al. (2011).

A tabela acima nos permite observar comparativamente a evolução de algumas abordagens socioeconômicas que antes buscavam explicações sobre a pobreza, crescimento econômico, desigualdade, bem-estar, segregação, entre outros, sob uma ótica unidimensional, e, posteriormente, foram adotadas abordagens multifacetadas, capazes de melhor captar o problema em estudo, devido a amplitude dos fatores envolvidos nas temáticas, bem como as especificidades existentes.

3.2. A emergência das abordagens multidimensionais no domínio ambiental

3.2.1. Agroecologia e sustentabilidade

No domínio ambiental a dinâmica não foi diferente. Foi a década de 1970 que marcou a busca por novas perspectivas e soluções para o modelo de desenvolvimento da agricultura

brasileira, pois, a agricultura industrializada (moderna) do século XX gera graves danos de deterioração ambiental, com reflexos negativos à saúde e ao equilíbrio dos ecossistemas (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). É nesse contexto que emerge o paradigma da sustentabilidade, que preza pelo uso equilibrado dos recursos disponíveis, bem como modelos alternativos de produção, como o sistema agroecológico.

A agroecologia, reconhecida como um novo paradigma com enfoque de intervenção multidisciplinar e inovador (ALIER, 1994), não propõe uma agricultura homogênea mundial, pelo contrário, a participação humana deve respeitar as características específicas de cada ecossistema, bem como suas limitações e seu potencial. Isto gera dinamicidade e continuidade em um processo de constantes adaptações de tempo e lugar, incorporando elementos nas dimensões ecológica, social, econômica, cultural, política e ética (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Os mesmos autores afirmam que a mudança do atual modelo produtivista por outros mais sustentáveis ultrapassa a condição de opção apresentada e surge como um imperativo ecológico determinado pelos problemas ambientais e seus reflexos sociais e econômicos. A agroecologia propõe então que, primeiramente, haja entendimento do funcionamento dos ecossistemas naturais, revalorizando os conhecimentos e habilidades dos atores locais para, posteriormente, desenvolver inovadores sistemas agrícolas sustentáveis.

Este emergente termo ético e ecológico conduz a reflexão sobre o estilo do desenvolvimento rural dentro da perspectiva sustentável. Dessa maneira, a agroecologia fomenta aspectos formadores de estratégias de desenvolvimento rural. Ela debruça-se em desenvolver o argumento sobre a importância do desenvolvimento local e endógeno, notadamente da construção e reconstrução do conhecimento local (GUZMÁN, 2001). O mesmo autor, ainda complementa que o processo endógeno é, portanto, uma construção social recriadora da heterogeneidade no meio rural. Este mecanismo assimila ao externo através da localidade, por meio de atores locais, “estilo de manejo” aos elementos externos que não sejam contrários a lógica de funcionamento do proposto.

Küster (2008) afirma ainda que a agroecologia propõe uma agricultura mais justa, que seja ecologicamente sustentável e economicamente viável. Resgata também o modo de relacionamento com a natureza, estabelecendo uma ética ecológica que abandona a moral individualista priorizando as infinitas formas de relação entre o meio natural e os seres presentes nele. Essa abordagem nova é cada vez mais aceita por pessoas que procuram alimentos produzidos de forma ecológica e solidária, sem exploração da natureza nem das famílias do campo.

De forma a classificar um modelo para desenvolvimento rural, Calatrava (1995), atribuiu as seguintes características: integral, endógeno e sustentável. Tais aspectos permitem estabelecer o desenvolvimento sustentável aliado a atividade rural, considerando assim, integralidade, harmonia e equilíbrio, autonomia e gestão de controle, minimização de externalidades negativas, utilização do conhecimento local vinculado ao sistema tradicional de recursos naturais (CALATRAVA, 1995).

Autores como Jacobi (2003) utilizam a mesma dinâmica para o conceito de sustentabilidade que, como dito, está atrelado à agroecologia, e envolve a necessidade da interrelação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e, sobretudo, de desenvolvimento com capacidade de suporte.

Nesta perspectiva, é imperativo as discussões que suscitam alternativas cabíveis que possam atrelar o desenvolvimento econômico a abordagem da sustentabilidade. É neste sentido que, Guimarães e Feichas (2009) defendem que “tanto os limites biofísicos do Planeta como a deterioração do tecido social ensejam mudanças nos processos de decisão, implementação e avaliação de políticas públicas, na busca de uma nova forma de desenvolvimento” (p. 308).

Os temas relacionados a agroecologia e sustentabilidade estão sendo amplamente debatidos no cenário da realidade rural, no sentido de disseminar o caráter multifuncional da agricultura. De acordo Silva (2015), a noção de multifuncionalidade da agricultura exerce um papel cuja importância transcende a produção de produtos agrícolas, destinados à alimentação humana e animal e matéria-prima para a indústria, revelando sinergias entre a atividade agrícola e o desenvolvimento rural.

Entre as principais dimensões ou funções abordadas pela noção de multifuncionalidade da agricultura, principalmente familiar, destacam-se a reprodução socioeconômica das famílias; a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (Carneiro

e Maluf, 2003). A junção, portanto, dessas dimensões analíticas do caráter multifuncional da agricultura permite sua compreensão “[...] como um conjunto de ideias capaz de reorientar as políticas agrícolas e a agricultura em direção a outro modelo de desenvolvimento [...]” (Gavioli e Costa, 2011, p. 451).

Por tais razões, a dimensão do enfoque agroecológico e da sustentabilidade têm por pretensão ativar o potencial endógeno de determinadas regiões e localidades, consistindo na dinâmica em que as novas estratégias de ação sustentáveis possam garantir tanto o incremento da biodiversidade, como da diversidade cultural, e de forma a minimizar as dependências a qual estão submetidos os ecossistemas e a sociedade (GUZMÁN, 2001).

Sob este cenário, é percebida a emergência de modelos alternativos de produção que fazem análises para além do econômico *versus* ecológico. Aqui, as dimensões sociais, culturais, política e ética são também incorporadas, o que mostra sua pluralidade e multidimensionalidade analítica.

É imprescindível neste processo que almeja um desenvolvimento sustentável que se encontre a junção de dinamismo, eficácia, com um olhar para o futuro e sobretudo ao acompanhamento de tomadas de decisões. Dessa maneira, a mensuração de indicadores compõe instrumentos que permitem auferir a situação atual de uma sociedade e sua perspectiva de desenvolvimento, englobando a sustentabilidade na formulação e na prática de políticas e ações (GUIMARÃES, 1998).

Haja vista o conjunto de trabalhos na literatura da dimensão do desenvolvimento econômico, ressalta-se o consenso sobre a qualidade multidimensional da sustentabilidade. Assim, autores como Gallopín (2003), Guimarães (1998) e Van Bellen (2005) apontam cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, geográfica e cultural. Essa compreensão ecológica tem impactado a comunicação com o público, e despertado a atenção para o modo de vida insustentável, permitindo a conscientização e a necessidade de mudanças de estilos anteriormente adotados (GUIMARÃES; FEICHES, 2009).

3.2.2. Valoração ambiental

Ainda sobre o aspecto ambiental, as discussões acerca da conservação do meio ambiente, bem como os meios de compensação aos produtores pelos serviços ecossistêmicos prestados têm ganhado força (MACEDO, 2017) principalmente a partir da década de 1970, pois, a não valoração desses bens e serviços permite que os recursos ambientais sejam “utilizados de forma mais danosa e predatória do que seria o socialmente equilibrado” (AMAZONAS, 2009, p.2). A valoração ambiental é utilizada também como critério na tomada de decisões acerca das políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável (SILVA, 2003). Ou seja, de fato a discussão acerca do uso sustentável dos recursos naturais tem mesclado componentes socioeconômicos e ambientais, com o objetivo de atenuar os danos ambientais gerados, como as alterações climáticas ocorridas em todo o mundo (MACEDO, 2017).

De forma conceitual, Motta (1997, p.13) afirma que “determinar o valor econômico de um recurso ambiental é estimar o valor monetário deste em relação aos outros bens e serviços disponíveis na economia” e poderá ser útil, por exemplo, na escolha da alocação de recursos limitados (como investimentos públicos), desenvolvendo, para isso, uma análise de custo-benefício. Ou seja, em um cenário de restrição orçamentária é necessário escolher *o que e onde* se quer preservar.

Basicamente, o pagamento por serviços ambientais (PSA) remunera quem preserva, de forma direta ou indireta, o meio ambiente. E para que faça sentido, “os ganhos auferidos pelo prestador de serviços ambientais têm de ser mais significativos do que os que seriam potencialmente obtidos com outras atividades econômicas” (PEIXOTO, 2011, p.30).

Peixoto (2011) afirma também que o pagamento por serviços ecossistêmicos [como uma modalidade de política ambiental] está ligado ao processo de estratégias de desenvolvimento ambiental sustentável, pois cria um mecanismo de preço que incentiva os indivíduos a tomar decisões corretas do ponto de vista ambiental.

Já os serviços ecossistêmicos, termo aqui utilizado, engloba “as funções e processos dos ecossistemas relevantes para a preservação, conservação, recuperação, uso sustentável e melhoria do meio ambiente e promoção do bem-estar humano” (p.6), e podem sofrer efeitos da intervenção humana (PEIXOTO, 2011, p.6).

Os serviços ambientais podem ser subdivididos em grupos, segundo Guedes e Seehusen (2011), são eles: biodiversidade, armazenamento e sequestro de carbono, serviços hidrológicos, beleza cênica e serviços culturais. Ações voltadas ao armazenamento e

sequestro de carbono (via o mercado de crédito de carbono) são as mais difundidas no mundo, pois impactam diretamente na mitigação do aquecimento global (PEIXOTO, 2011).

É importante salientar que, tratando dessa temática, há um grande desafio voltado a encontrar pagadores para os serviços ambientais gerados. Existem três indutores atuantes na demanda por serviços ambientais: interesses voluntários (que embora crescentes, os financiamentos estritamente voluntários ainda são limitados no Brasil); pagamentos mediados por governos (onde organizações ou governos são os principais pagadores ou criam programas de pagamentos); e regulamentações ou acordos. Para o mercado de carbono, por exemplo, as regulamentações internacionais foram os principais indutores. Já para os serviços hidrológicos, os principais indutores são os governos via leis e programas que dão impulso às iniciativas. Ainda são poucas as iniciativas voltadas a proteção da biodiversidade, e por isso, acaba sendo tratada como um eixo transversal comercializada em projetos Hídricos e de Carbono. Vale lembrar que, independente do indutor desses sistemas, “é preciso que o PSA seja usado em consonância com as políticas públicas de proteção do meio ambiente de forma a promover sinergias (GUEDES; SEEHUSEN, 2011, p. 234).

Ao trabalhar com o tema valoração ambiental, os autores Andrade e Romeiro (2013) propõem uma abordagem alternativa chamada econômico-ecológica, sendo esta uma metodologia desenvolvida no âmbito da Economia Ecológica que propõe a inserção de novos processos para que a valoração de serviços ecossistêmicos seja ampliada. Para sua realização é preciso fazer uma ampla avaliação ecossistêmica, para depois proceder a técnicas comumente utilizadas de valoração, que geralmente incorporam elementos neoclássicos. Este processo é feito a fim de abranger a complexidade dos sistemas e sua relação com as atividades humanas, trata-se, então, de uma abordagem transdisciplinar (ANDRADE; ROMEIRO, 2013).

Andrade e Romeiro (2013) afirmam que a aplicação da abordagem econômico-ecológica surge com a finalidade de minimizar os problemas advindos da prática da valoração de serviços ecossistêmicos que tem incorporado fortemente aspectos econômicos, não captando ou atribuindo o devido valor a outras questões não econômicas essenciais que, segundo os mesmos autores, estão “ligados principalmente às questões de ordem moral, ética e cultural”, (p.45). Os autores afirmam ainda que “um esquema valorativo amplo deve trazer considerações sobre a complexidade dos processos ecossistêmicos e suas interações com as variáveis humanas” (p.45).

São exemplos dos métodos de valoração econômica (monetária) do meio ambiente, segundo Romeiro e Maia (2011): avaliação contingente, preços hedônicos, custos de viagem, produtividade marginal, custos evitados, custos de controle, custos de reposição e custos de oportunidade.

Assim, a abordagem econômico-ecológica traz em seu centro a avaliação ecossistêmica que requer o mapeamento das funções ecossistêmicas, sendo este o entendimento das “constantes interações existentes entre os elementos estruturais de um ecossistema” (p.22), ou seja, toda complexidade dos ecossistemas (ROMEIRO; ANDRADE, 2009).

A criação de metodologias menos reducionistas de valoração de serviços ecossistêmicos deu-se pela percepção da insuficiência das abordagens individuais, pelo desenvolvimento de novas ferramentas computacionais e por todo esforço quanto à multidisciplinariedade voltada a problemática ambiental (ANDRADE; ROMEIRO, 2013).

Amazonas (2009) reforça a ideia proposta ao afirmar que a valoração ambiental está desenvolvida sob uma ótica predominantemente neoclássica, devido às abordagens heterodoxas terem pouco desenvolvimento sobre o tema. Constanza (2003) afirma também que no processo de entendimento da importância do capital natural e dos serviços ecossistêmicos para a vida humana são encontrados problemas voltados a avaliação, quantificação dos custos e benefícios das decisões ambientais. Assim, é necessário que na avaliação dos serviços ecossistêmicos sejam captados, além do fator econômico, um conjunto de fatores ligados à sustentabilidade ecológica e justiça social.

O mesmo autor ressalta ainda a relevância do tema ao afirmar que hoje o capital natural é o fator limitador do desenvolvimento econômico, fator mais escasso, não mais o capital humano. Sendo o capital natural definido por Azqueta e Sotelsek (2007) como o estoque de recursos naturais, terras e ecossistemas.

3.2.3. Síntese da evolução das abordagens multidimensionais no domínio ambiental

A Tabela 2 abaixo mostra sinteticamente a evolução das abordagens ambientais, que antes negligenciavam questões ambientais fundamentais ao incorporar fortemente aspectos econômicos, e que hoje tem perdido espaço para análises de múltiplos aspectos.

TABELA 2 - ABORDAGENS UNIDIMENSIONAIS E MULTIDIMENSIONAIS NO DOMÍNIO AMBIENTAL

Abordagem unidimensional	Abordagem multidimensional
Agricultura moderna/industrializada: produtividade.	<p>Agroecologia: ecologia, sociedade, política, ética, cultura, conhecimento e habilidades dos atores locais, especificidades dos ecossistemas, justiça, sustentabilidade, viabilidade econômica.</p> <p>Sustentabilidade: justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental, desenvolvimento com capacidade de suporte.</p>
Abordagem unidimensional	Abordagem multidimensional
Técnicas neoclássicas reducionistas: valoração econômica (monetária) do meio ambiente	<p>Abordagem econômico-ecológica: avaliação ecossistêmica, questões de ordem moral, ética, cultural, interações dos ecossistemas; sustentabilidade econômica e ecológica, justiça social, capital natural, dinâmica ecológica, variabilidade, resiliência, sensibilidade, persistência e confiabilidade dos ecossistemas.</p> <p>Mapeamento das funções ecossistêmicas: funções de regulação (regulação de gás, de distúrbios, de nutrientes, climática, regulação e oferta de água, retenção e formação do solo, tratamento de resíduos, polinização, controle biológico), habitat (refúgio e berçário), produção (alimentos, matéria orgânica, recursos genéticos e ornamentais), e informação (recreação, informação estética, artística, cultural, histórica, espiritual, ciência e educação).</p>

Fonte: Elaboração própria. A partir de informações de Caporal e Costabeber (2004), Jacobi (2003), Alier (1994), Küster (2008), Andrade e Romeiro (2013 e 2009), Constanza (2003) e Romeiro e Maia (2011).

A tabela acima mostra como as abordagens multidimensionais se contrapõem aquelas de dimensão única ao incorporar questões fundamentais, que antes eram negligenciadas, como as questões de ordem cultural, ética, ecossistêmica, sustentável, entre outras, e que agora possuem mais elementos essenciais para o entendimento da realidade e para potenciais políticas públicas futuras.

3.3 Síntese comparativa da evolução dos índices e indicadores unidimensionais para os multidimensionais de análise

O Quadro 1 abaixo mostra, sinteticamente e cronologicamente, a evolução dos indicadores, e principalmente índices, socioeconômicos e ambientais para complementar as seções anteriores que trataram da emergência dessas abordagens. Aqui são colocados os principais índices e seus respectivos indicadores utilizados por instituições como IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ONU (Organização das Nações Unidas) - através, principalmente, do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e FGV/IBRE (Fundação Getúlio Vargas/Instituto Brasileiro de Economia).

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS DE ANÁLISE VERSUS INDICADORES UNIDIMENSIONAIS

INSTITUIÇÃO	OBJETIVO	INDICADORES UNIDIMENSIONAIS (IU)	INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS (IM)	ANO DE CRIAÇÃO DO IM
ONU/PNUD	Medir o crescimento e o desenvolvimento humano.	<ul style="list-style-type: none"> - PIB – Produto Interno Bruto; ou - Renda per capita; ou Índice de Gini: - Proporção acumulada da renda; 	<ul style="list-style-type: none"> IDH – Índice de Desenvolvimento Humano: (incorpora saúde, educação e renda): - Expectativa de vida ao nascer; Acesso ao conhecimento: - Média de anos de educação de adultos; 	1990
INSTITUIÇÃO	OBJETIVO	INDICADORES UNIDIMENSIONAIS (IU)	INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS (IM)	ANO DE CRIAÇÃO DO IM
		<ul style="list-style-type: none"> - Proporção acumulada da população. 	<ul style="list-style-type: none"> - Expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar; Padrão de vida: - Renda Nacional Bruta per capita expressa em Poder de Paridade de Compra. 	
IPEA	Mensurar a segregação.	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição de certo grupo de determinada área geográfica. 	<p>Índices que consideram o espaço territorial e categorias (raça, gênero, faixa salarial, etc.).</p> <p>IS – Índice de Dispersão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proporção da população, sendo o total da população de um grupo X na unidade i, o total da população na unidade i, T total da população de toda área em estudo e o total da população do grupo em análise; <p>ID - Índice de Dissimilaridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Similar ao IS, mas com dois grupos para análise, com o total da população de um grupo X e o total da população de um grupo Y; <p>ID Espacial – Índice de Dissimilaridade Espacial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Correspondente ao ID, apresenta a espacialidade 	1998

			<p>por meio da definição de áreas vizinhas i e k, contagem total da composição da população da unidade i, contagem total da composição da população j, contagem total da composição da população como um todo, proporção da composição da população de um dos grupos;</p> <p>(xPx) – Isolation Index e (xPy) Interaction Index: - Integração entre os membros do grupo X e</p>	
INSTITUIÇÃO	OBJETIVO	INDICADORES UNIDIMENSIONAIS (IU)	INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS (IM)	ANO DE CRIAÇÃO DO IM
			<p>os membros do grupo Y;</p> <p>ETA – Correlation Ratio: - Dispersão da população ou amostra do grupo;</p> <p>ACL – Absolute Clustering: - Matriz de contiguidade de vizinhança; - Unidades da área;</p> <p>RCL- Relative Clustering: - Distância média entre os indivíduos de um grupo com outro;</p> <p>DEL – Delta Index: - Concentração de região; - área total e área da unidade espacial; - Densidade do grupo residente;</p> <p>ACO – Absolute Concentration: - Soma de todas as áreas que podem ser habitadas; - Máximos e mínimos de áreas; - Tamanho territorial;</p> <p>RCO – Relative Concentration: - Concentração do grupo X e grupo Y - Espaço ocupado em máximos e mínimos de concentração;</p> <p>Proportion in Central City: - População total residente</p>	

			<p>no centro;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de habitantes da área total do espaço em análise; <p>ACE – Absolute Centralization:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proporção da população acumulada da área em unidade de análise; - Residências próximas ao centro; - Residências afastadas ou em outras áreas; 	
INSTITUIÇÃO	OBJETIVO	INDICADORES UNIDIMENSIONAIS (IU)	INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS (IM)	ANO DE CRIAÇÃO DO IM
			<p>RCE – Relative Centralization:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indivíduos que se mudam de seu local de residência em outras áreas para o centro; - Localização de pontos próximos e distantes do centro da cidade; - Distribuição da população; 	
ONU/PNUD	Complementar o IDH.	-	<p>IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expectativa de vida ao nascer; - Acesso ao conhecimento; - Renda municipal per capita. 	1998
IPEA	Fomentar o debate sobre o desenvolvimento econômico brasileiro.	- Taxas de crescimento do PIB.	<p>IQD – Índice de Qualidade do Desenvolvimento:</p> <p>Índice de Qualidade do Crescimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação bruta de capital fixo e produção de bens de consumo; - Produção de bens de consumo duráveis e não duráveis; - Foco de queimadas no país e emissão de carbono; - Massa salarial; - Expectativa dos empresários (índice de confiança da indústria). 	2009

			<p>Índice de Qualidade da Inserção Interna:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exportação de bens manufaturados; - Investimento direto estrangeiro; - Termos de troca; - Renda líquida enviada ao exterior; - Reservas líquidas internacionais. <p>Índice de Qualidade do Bem-Estar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de desemprego; 	
INSTITUIÇÃO	OBJETIVO	INDICADORES UNIDIMENSIONAIS (IU)	INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS (IM)	ANO DE CRIAÇÃO DO IM
			<ul style="list-style-type: none"> - Número de ocupações formais; - Taxa de pobreza; - Mobilidade social; - Taxa de desigualdade de renda (Índice de Gini). 	
ONU/PNUD	Complementar o IDH.	-	<p>IDHAD - Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade; - Índice de educação ajustado à desigualdade; - Índice de rendimento ajustado à desigualdade. 	2010
ONU/PNUD	Complementar o IDH considerando a desigualdade de gênero.	-	<p>IDG - Índice de Desigualdade de Gênero:</p> <p>Saúde reprodutiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de mortalidade materna; - Taxa de fertilidade adolescente; - Empoderamento/ autonomia; - Distribuição dos assentos parlamentares por sexo; - Sucesso escolar – ensino secundário e superior; <p>Atividade econômica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de participação no mercado de trabalho. 	2010

ONU/PNUD	Complementar o IDH considerando a pobreza para além do PIB ou Renda per capita.	-	IPM - Índice de Pobreza Multidimensional: - Taxa de mortalidade Infantil; - Nutrição; - Anos de escolaridade; - Número de crianças matriculadas; - Acesso a eletricidade; - Acesso a água potável limpa; - Acesso a saneamento apropriado; - Acesso a combustível para cozinhar;	2010
INSTITUIÇÃO	OBJETIVO	INDICADORES UNIDIMENSIONAIS (IU)	INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS (IM)	ANO DE CRIAÇÃO DO IM
			- Acesso a uma casa com pavimento de terra; - Acesso a bens materiais: carro, bicicleta, moto, refrigerador, telefone e televisão.	
EMBRAPA	Remunerar atores por serviços ambientais referente aos recursos hídricos.	- Qualidade da água.	<p>Suprimento de água: - Oxigênio Dissolvido; - Potencial hidrogeniônico; - Demanda bioquímica de oxigênio;</p> <p>Regulação hídrica: - Coeficiente de escoamento de base; - Vazão de referência; - Nível freático;</p> <p>Produção de alimentos: - Quantidade de alimento produzido; - Área de produção agropecuária irrigada; - Diversidade da produção;</p> <p>Controle de erosão: - Perda de solo estimada por área; - Ocorrência de erosão; - Taxa de sedimentação no reservatório;</p> <p>Qualidade do solo: - Estabilidade de agregados; - Grau de estrutura; - Taxa de infiltração de água;</p>	2011

			<p>Manutenção de habitats:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Espécies ameaçadas de extinção; - Ocorrência de espécies exóticas invasoras; - Estágio sucessional; <p>Cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ocorrências de locais importantes relacionados ao patrimônio cultural e ambiental; - Nível de conservação dos locais de importantes relacionados ao patrimônio cultural e ambiental; 	
INSTITUIÇÃO	OBJETIVO	INDICADORES UNIDIMENSIONAIS (IU)	INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS (IM)	ANO DE CRIAÇÃO DO IM
			- Porcentagem da ocorrência em áreas protegidas.	
IPEA	Analisar mecanismos de melhoria da segurança pública e diminuição de homicídios.	- Encarceramento em massa/Repressão.	<ul style="list-style-type: none"> - Regularidade do corpo docente; - Nível Socioeconômico (posse de bens no domicílio, contratação de serviços, renda familiar mensal, escolaridade dos pais); - Complexidade de gestão da escola; - Percentual de docentes com curso superior; - Média de alunos por turma; - Média de horas-aula diária; - Taxa de distorção idade-série; - Taxa de reprovação; - Taxa de abandono; - Indicador de esforço docente. 	2014
IPEA	Analisar a exclusão e a vulnerabilidade social; Complementar o IDHM.	<p>Pobreza:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de recursos monetários. 	<p>IVS – Índice de Vulnerabilidade Social:</p> <p>IVS Infraestrutura Urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado; - Percentual da população que vive em domicílios 	2015

			<p>urbanos sem serviço de coleta de lixo;</p> <p>- Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.</p> <p>IVS Capital Humano:</p> <p>- Mortalidade até um ano de idade;</p>	
INSTITUIÇÃO	OBJETIVO	INDICADORES UNIDIMENSIONAIS (IU)	INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS (IM)	ANO DE CRIAÇÃO DO IM
			<p>- Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola;</p> <p>- Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola;</p> <p>- Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos;</p> <p>- Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família;</p> <p>- Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade;</p> <p>- Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo;</p> <p>- Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária.</p> <p>IVS Renda e Trabalho:</p> <p>- Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo;</p> <p>- Taxa de desocupação da população de 18 anos ou</p>	

			mais de idade; - Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal; - Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos; - Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade.	
INSTITUIÇÃO	OBJETIVO	INDICADORES UNIDIMENSIONAIS (IU)	INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS (IM)	ANO DE CRIAÇÃO DO IM
FGV/IBRE	Sondar os determinantes do bem-estar.	- Disponibilidade de bens materiais.	Bem-estar subjetivo: - Renda - Desemprego - Anos de casamento - Religião - Nível de escolaridade - Idade - Autoconfiança - Sentimento de realização - Orgulho de ser brasileiro - Boa relação no meio familiar - Satisfação com o estado de saúde - Satisfação com o nível de renda - Felicidade - Qualidade dos serviços públicos - Confiança nas instituições	2017
IBGE	Analisar os espaços urbanos e rurais no Brasil.	- Categorias do espaço urbano e rural; ou - Mapeamento de áreas urbanizadas; ou - População urbana e população rural; ou - Divisão territorial.	Classificação e caracterização do espaço urbano e rural, por municípios: - Tamanho da População - Densidade demográfica - Oferta de serviços - Participação da agricultura - Divisão Administrativa - Aglomerações de habitações Arranjos populacionais e concentrações urbanas: Índice de Integração II entre os municípios A e B: - Total de pessoas que	2017

			<p>moram no município A e trabalham e estudam no município B;</p> <p>- Total de pessoas que moram no município B e trabalham e estudam no município A;</p> <p>- Total de pessoas que moram no município A e trabalham ou estudam no mesmo município;</p> <p>- Total de pessoas que moram no município B e trabalham ou estudam no mesmo município;</p>	
INSTITUIÇÃO	OBJETIVO	INDICADORES UNIDIMENSIONAIS (IU)	INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS (IM)	ANO DE CRIAÇÃO DO IM
			<p>- Intensidade absoluta dos movimentos pendulares para trabalho e estudo;</p> <p>- Contiguidade das manchas urbanizadas;</p> <p>Critérios demográficos:</p> <p>- População da cidade central;</p> <p>- Densidade demográfica;</p> <p>- Variação da população;</p> <p>Critérios estruturais:</p> <p>- População ativa ocupada em atividades industriais;</p> <p>- Núcleos dormitórios ou movimento pendular;</p> <p>- Valor da produção industrial maior que o da produção agrícola;</p> <p>Critérios de integração:</p> <p>- População que se desloca do município, diariamente, em viagens intermunicipais;</p> <p>Critérios urbanos:</p> <p>- Demografia;</p> <p>- Estrutura econômica;</p> <p>Integração para aglomerações com espaço urbanizado contínuo:</p> <p>- Municípios com foco de atração de mão-de-obra;</p> <p>- Municípios que funcionam como núcleos dormitórios;</p> <p>- Fluxos telefônicos;</p> <p>- Linhas de transporte coletivo;</p> <p>- Fluxo de mercadorias e</p>	

			capitais.	
--	--	--	-----------	--

Fonte: Elaboração própria com base em informações da ONU/PNUD (2010, 2018), IPEA (2010, 2015, 2016), EMBRAPA (2017), IBGE (2017), FGV/IBRE (2018), IPECE (2018) e Macário et al. (2016).

Perante o quadro exposto, pode-se analisar, comparativamente, como importantes instituições têm utilizado, em um período recente, indicadores multidimensionais para analisar problemas de ordem social, econômica e cultural, como questões voltadas à pobreza, ao crescimento econômico e seu potencial desenvolvimento, ao bem-estar da sociedade e sua segurança pública, à valoração do meio ambiente, à segregação, entre outros. Essa trajetória é de extrema importância, pois permite melhor entendimento desses assuntos, dando maiores subsídios às potenciais políticas públicas a serem implementadas para a resolução de problemas coletivamente relevantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade da realidade, a incorporação de mais dimensões, objetos, variáveis analíticas e indicadores possibilita trazer um maior grau de proximidade entre o objetivo de um trabalho e sua aplicabilidade ao mundo real. A própria relação de causalidade entre dois fatores gera fortes discussões, pois, por vezes, trabalhos induzem a entender que um destes fatores é a causa de outro ocorrer, enquanto existem apenas correlações entre eles, fortes ou fracas, mas que merecem ser estudadas levando em consideração todas as outras variáveis que ocorrem simultaneamente (o que reforça a relevância das abordagens com mais de uma dimensão).

Durante a construção deste trabalho sustentou-se a premissa de que houve nas últimas décadas a emergência das abordagens e de indicadores multidimensionais nas análises socioeconômicas e ambientais. E, que esta análise de maneira geral sobre a multidimensionalidade de indicadores pode ser utilizada para fins da política pública.

Em síntese, a premissa aqui assumida foi satisfatoriamente aceita por este trabalho, a partir da análise de revisão literária apresentada nesta pesquisa. Primeiramente, através da consideração introdutória, demonstrando a razão de uma análise multidimensional nas últimas décadas, e associando-a às políticas públicas implementadas no Brasil. Segundo, pelo aparato teórico, de construtos temáticos referente à multidimensionalidade e às políticas públicas, sua formulação e atuação no espaço geográfico, econômico e social, uma vez que, é através da performance da política pública que ocorrem as intervenções do governo. E, que a razão para a efetivação de uma política pública é o tratamento ou resolução de um problema coletivo. E por fim, pelos resultados e discussões, postos nas seções sobre a emergência das abordagens multidimensionais no âmbito socioeconômico e no ambiental, onde foram identificadas as diversas dimensões de análises na compreensão de: pobreza, bem-estar, espaço urbano e segregação, agroecologia e sustentabilidade, e valoração ambiental, o que reforça o caráter interdisciplinar nas atuais análises e pesquisas.

Foi possível evidenciar também, de forma complementar, como importantes instituições nacionais e internacionais têm utilizado em um período recente indicadores e índices multifacetados, em contraponto aos de única dimensão anteriores, para estudar problemas de ordem social, econômica e ambiental.

Portanto, assim como as abordagens especificadas neste trabalho são de caráter de múltiplas análises, a política pública também assume uma performance multidisciplinar, pois esta repercute em aspectos econômicos, sociais e ambientais. Ressaltando, que a política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Assim, é reforçada ainda mais a associação das políticas públicas com as abordagens multidimensionais que geram efeitos positivos, principalmente quanto à qualidade da política implementada, que agora terá melhores subsídios acerca da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A. S.; TRÓCCOLI, B. T. (2004): “Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo”. Em: Psicologia: teoria e pesquisa, v. 20, n. 2, p. 153-164.

- ALIER, J. M. (1994): "De la economía ecológica al ecologismo popular". Icaria Editorial, Barcelona.
- ALKIRE, S. (2002): "Dimensions of human development. Em: World Development, vol. 30, 181-205.
- AMAZONAS, M. C (2009). "Valor ambiental em uma perspectiva heterodoxa institucional-ecológica". Campinas, Brasil.
- ANDRADE, D. C.; ROMEIRO, A. R. (2013): "Valoração de serviços ecossistêmicos: por que e como avançar?". Em: Sustentabilidade em Debate. V. 4, p. 43-58.
- AZQUETA, D., SOTELSEK, D. (2007): "Valuing Nature: from environmental impacts to natural capital". In: Ecological Economics 63, p. 22-30.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. (2006): "Pobreza multidimensional no Brasil". Rio de Janeiro: IPEA.
- CALATRAVA, J. (1995): "Actividad agraria y sustentabilidad en el desarrollo rural. El papel de la investigación-extensión con enfoque sistémico". IN: RAMOS LEAL, E. y CRUZ VILLALÓN, J. Madrid: MAPA.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. (2004): "Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável". Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. (2003): "Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar". Rio de Janeiro: Nead/UFRJ.
- CERQUEIRA, E. D. V. (2014): "A Evolução das formas de gentrificação: estratégias comerciais locais e o contexto parisiense". Em: Cadernos Metrópole. São Paulo, Brasil.
- COSTANZA, R. (2003): "Social goals and valuation of natural capital". Em: Environmental Monitoring and Assessment. Vermont.
- DINIZ, M. B.; DINIZ, M. M. (2009): "Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio". Em: Revista de Economia Aplicada. Ribeirão Preto: ECOAPLI.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa) (2017). "Manual para pagamento por serviços ambientais hídricos". Brasília-DF.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA (FGV/IBRE) (2017): Sondagem de bem-estar. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C82C55E3EC896015E56D53DC260D3>. Acesso em 21/07/2018.
- FURTADO, C. R. (2014): "Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação". Em: Caderno Metrópole. São Paulo, Brasil.
- GALLOPÍN, G. A. (2003): "Systems approach to sustainability and sustainable development". Santiago de Chile: CEPAL.
- GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. (2011): "As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara São Paulo". Em: Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília: RESR.
- GIACOMONI, C. H. (2004): "Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida". Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02/02/2016.

GUEDES, F. B.; SEEHUSEN, S. E. (2011): “Pagamentos por serviços ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios”. Brasília: MMA, p. 12.

GUIMARÃES, R. P. (1998): “Aterrizando una Cometa: indicadores territoriales de sustentabilidade”. Santiago do Chile: CEPAL/ILPES.

GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. (2009): “Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade”. Em: Revista Ambiente e Sociedade. Campinas, Brasil. V. XII, n 2, p. 307-323.

GUZMÁN, E. S. (2001): “Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia”. Em: Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, Brasil. V. 2, n. 1, p. 35-45.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2017): Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil: uma primeira aproximação. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em 22/07/2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (2015): Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em 15/07/2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (2016): Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160510_notatecnica_die st_18.pdf. Acesso em 15/07/2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (2010): Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101123_comunicadoipea 67.pdf. Acesso em 27/08/2018.

JACOBI, P. (2003): “Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade”. Em: Cadernos de pesquisa. São Paulo, Brasil.

JAMES, D. R.; TAEUBER, K. E. (1985): “Measures of Segregation”. In: Sociological Methodology. EUA.

KÜSTER, A. (2008): “Agricultura familiar, agroecologia e mercado”. Fundação Konrad Adenauer. Alemanha.

KUWAHARA, M. Y. (2017): “Índices multidimensionais para a qualidade de vida na presença de desigualdades” Em: Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade. São Paulo, Brasil.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. (2003): “Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro” Em: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Belo Horizonte, Brasil. UFMG/CEDEPLAR.

MACEDO, R. D. (2017): “Pagamento por serviços ambientais e o sistema agroflorestal cacau-cabruca: uma análise para o estado da Bahia”. Ilhéus, Dissertação (Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas). Bahia: Brasil.

MASSEY, D. S.; DENTON, N. A. (1988): “The Dimensions of Residential Segregation”. In: Social Forces. EUA.

MENDES, L. (2011): “Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado”. Em: Cadernos Metrópole. São Paulo, Brasil.

MOTTA, R. S. (1997): “Manual para valoração econômica de recursos ambientais”. IPEA/MMA/PNUD/CNPq.

NAHAS, M. V.; BARROS, M. V. G. de; FRANCALACCI, V. (2000): “O pentáculo do bem-estar-base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos”. Em: Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 5, n. 2, p. 48-59.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (ONU/PNUD) (2018): O que é o IDH. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>. Acesso em 15/07/2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (ONU/PNUD) (2010): Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. Disponível em: http://idis.org.br/wp-content/uploads/2014/05/PNUD_HDR_2010.pdf. Acesso em: 12/07/2018.

PARENTE, L. F. et al. (2018): “Autocompaixão, bem-estar subjetivo e estado de saúde na idade avançada”. Em: Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social: RPICS, v. 4, n. 1, p. 3-13.

PEIXOTO, M. (2011): “Pagamento por Serviços Ambientais – Aspectos teóricos e proposições legislativas”. Em: Textos para Discussão – Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal, v. 7.

POLÈSE, M.; RUBIERA, F. (2009): “Economía urbana y regional: introducción a la Geografía econômica”. Thomson Reuters. Madrid.

REIS, D. S. R. (2006): “O rural e o urbano no Brasil”. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_777.pdf. Acesso em 05/05/2018.

ROCHA, S. (2003): “Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?”. FGV Editora, Rio de Janeiro.

ROMEIRO, A. R.; ANDRADRE, D. C. (2009): “Valoração econômico-ecológica de recursos naturais”. Em: Gestión y Ambiente. Colômbia.

ROMEIRO, A. R.; MAIA, A. G. (2011): “Avaliação de custos e benefícios ambientais”. Em: Repositório Institucional da ENAP. Brasília.

SANTOS, A. R. (2014): “Revitalização para quem? Política urbana e gentrificação no Centro de Santos”. Em: Cadernos Metrópole. São Paulo.

SECCHI, L. (2013): “Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos”. Cengage Learning: São Paulo.

SEN, A. (2010): “Desenvolvimento como Liberdade”. Tradução Laura Teixeira Mota. Editora Schwarcz LTDA: São Paulo.

SILVA, J. R da (2003): “Métodos de Valoração Ambiental: uma análise do setor de extração mineral”. Em: Repositório Institucional UFSC: Santa Catarina.

SILVA, C. L. (org.) (2012): “Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil”. Editora Vozes. Petrópolis, RJ.

SILVA, S. P. (2015): “A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas”. IPEA: Brasília.

SIQUEIRA, M. M. M.; PADOVAM, V. A. R. (2008): “Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho”. Em: Psicologia: teoria e pesquisa. Brasília.

SMITH, N. (1979): “Towards a theory of gentrification: back to the city movement by capital not people”. In: Journal of American Planning association. EUA.

SMITH, J. (2001). “Well-being and health from age 70 to 100: findings from the Berlin Aging Study”. In: European Review. Cambridge.

SOUZA, C. (2006): “Políticas públicas: uma revisão de literatura”. Em: Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n. 16., jul-dez.

VAN BELLEN, H. M. (2005): “Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa”. Rio de Janeiro: FGV.

WU, X. et al. (2014): “Guia de políticas públicas: gerenciando processos”. ENAP: Brasília.

YWATA, A. X. C. et al (2011): “Um estudo das metodologias e funcionalidades dos índices de segregação espacial”. IPEA: Brasília.